



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4163/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Canas
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAS
Período 12/2016
Relator Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA
Responsável LUCEMIR DO AMARAL
Cargo PREFEITO
CPF 252.004.508-61
Período de Gestão 13/08/2014 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues intempestivamente.

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada até o Bimestre	R\$ 17.100.000,00	
Realização acumulada até o Bimestre	R\$ 17.821.128,84	
Variação	R\$ 721.128,84	4,2171%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas até o Bimestres:	R\$ 17.821.128,84	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 18.094.333,70	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ -273.204,86	-1,5330%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação desfavorável em virtude da ocorrência de déficit, uma vez que ficou aquém da meta bimestral de arrecadação, demonstrando, portanto, desequilíbrio financeiro.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -391.559,42	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 0,00	
Diferença	R\$ -391.559,42	100,0000%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ 550.336,97	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ 0,00	
Diferença	R\$ 550.336,97	100,0000%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado Nominal apurado no exercício demonstrou uma situação favorável, visto que superou a pretensão estabelecida na meta anual.

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAS	R\$ 335.369,32	R\$ 92.897,93

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAS	R\$ 961.436,79	R\$ 365.079,74	R\$ 4.785,05

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAS	R\$ 953.186,95	R\$ 66.652,30	R\$ 428.095,94

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2015	R\$ 8.945.716,71	R\$ 15.617.147,75	57,2814%	54,0000%
4/2016	R\$ 9.479.350,96	R\$ 15.410.952,18	61,5105%	56,1877%
8/2016	R\$ 10.395.272,59	R\$ 15.731.398,89	66,0798%	54,0000%
12/2016	R\$ 9.789.823,79	R\$ 16.547.853,37	59,1607%	54,0000%

A entidade, em razão de ocorrência anterior de excesso ao limite legal, ficou sujeita às regras impostas pelo artigo 23 da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000.

Diante do percentual apurado neste quadrimestre e acima demonstrado, verificamos que não foi observada a sistemática de recondução ao limite legal na época própria exigido pelo art. 23 da LRF, razão pela qual a entidade se encontra em recondução pendente, cabendo a manutenção das vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, enquanto perdurar a inadimplência de recondução, ficando também sujeito às vedações impostas no §3º do artigo 23.

Esclareça-se ainda que cabem emissões de alertas ao Poder em tela, haja vista que o percentual apurado provoca a incidência das regras traçadas pelo art. 59, § 1º, inciso II e artigo 22, parágrafo único, da mencionada Lei.

2.9 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2016	R\$ 16.547.853,37	R\$ 659.605,23	3,9860%
8/2016	R\$ 15.731.398,89	R\$ 196.514,63	1,2492%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.10 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 16.547.853,37	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 2.647.656,53	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.11 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.12 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 16.547.853,37	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 3.640.527,74	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.13 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

De acordo com o Demonstrativo de Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, não ocorreram quaisquer receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público, ficando prejudicada a análise quanto à vedação de sua aplicação em despesas correntes, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 101/00, cabendo à auditoria, no entanto, sua confirmação in loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.14 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 9.639.548,18	R\$ 15.383.237,24	62,6627%	62,6627%
7/2016	R\$ 9.617.084,48	R\$ 15.621.662,82	61,5625%	62,6627%
8/2016	R\$ 10.395.272,59	R\$ 15.731.398,89	66,0798%	62,6627%
9/2016	R\$ 10.448.405,30	R\$ 15.582.511,27	67,0521%	62,6627%
10/2016	R\$ 9.908.238,80	R\$ 15.535.961,40	63,7762%	62,6627%
11/2016	R\$ 9.948.869,24	R\$ 15.990.506,57	62,2173%	62,6627%
12/2016	R\$ 9.789.823,79	R\$ 16.547.853,37	59,1607%	62,6627%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 59,1607%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016, entretanto, ultrapassou o limite legal estabelecido no artigo 20, inciso III, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar as vedações e os limites de recondução estabelecidos nos artigos 22 e 23 do citado diploma legal. Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2016, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.15 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 1.936.630,10
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 34.744,25
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 969.707,12
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 932.178,73
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 1.639.014,65
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 953.186,95
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 685.827,70
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-26,4274%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.16 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Análise deste item encontra-se prejudicada, em vista da não realização de Operações de Crédito, cabendo à auditoria a sua confirmação loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.17 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 335.369,32	R\$ 923.024,27	R\$ 305.206,64	R\$ 953.186,95
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 92.897,93	R\$ 38.412,52	R\$ 64.658,15	R\$ 66.652,30
Consignações	R\$ 224.135,58	R\$ 1.941.231,42	R\$ 1.916.297,13	R\$ 249.069,87
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 7.321,80	R\$ 6.765,48	R\$ 556,32

Outros	R\$ 287.824,53	R\$ 16.622.505,58	R\$ 16.845.671,96	R\$ 64.658,15
Total	R\$ 940.227,36	R\$ 19.532.495,59	R\$ 19.138.599,36	R\$ 1.334.123,59

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 11.682.150,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 3.741.884,15
Índice Apurado	32,0308%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 12.806.494,95	
Despesa Empenhada	R\$ 3.902.301,51	30,4713%
Despesa Liquidada	R\$ 3.901.661,51	30,4663%
Despesa Paga	R\$ 3.741.953,83	29,2192%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -1.924.782,66	R\$ 3.402.900,38	R\$ 3.402.900,38	100,0000%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao caput do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.4 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -1.924.782,66	R\$ 3.402.900,38	R\$ 2.948.498,17	86,6466%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 1.074.714,37	R\$ 1.518.888,46	141,3295%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 11.682.150,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 2.337.014,74
Índice Apurado	20,0050%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 12.806.494,95	
Despesa Empenhada	R\$ 2.337.014,74	18,2487%
Despesa Liquidada	R\$ 2.313.534,74	18,0653%
Despesa Paga	R\$ 2.214.918,02	17,2953%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

5.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

--	--	--	--	--

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 18.492.358,00	R\$ 18.674.762,73	0,99%	104,79%
Receitas de Capital	R\$ 574.134,00	R\$ 1.273.275,47	121,77%	7,14%
Deduções da Receita	R\$ -1.966.492,00	R\$ -2.126.909,36	8,16%	-11,93%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 17.100.000,00	R\$ 17.821.128,84	4,22%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 17.100.000,00	R\$ 17.821.128,84		100,00%
		R\$ 721.128,84		4,22%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 15.468.034,84	R\$ 15.460.438,29	0,05%	85,26%
Despesas de Capital	R\$ 1.877.438,66	R\$ 1.870.743,60	0,36%	10,32%
Reserva de Contingência	R\$ 0,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasses de duodécimos	R\$ 801.590,88	R\$ 801.590,82	0,00%	4,42%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 0,00		0,00%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 18.147.064,38	R\$ 18.132.772,71	0,08%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 18.147.064,38	R\$ 18.132.772,71		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 14.291,67	0,08%

Resultado da Execução Orçamentária		R\$ -311.643,87	-1,75%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -1,75% da receita realizada.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 25/05/2017
Hora da Geração: 22:02:39